

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS EM DEBATE

Ana Fernandes¹
Beatriz Lopes Igreja²
Carlos Eduardo Oliva C. Rêgo³
Gabriela Prado Gomes⁴
Ivanilda Figueiredo⁵
Natália Braga Oliveira⁶
Pâmella Passos⁷
Vinicius Cavalcanti Ferreira⁸

RESUMO: Transcrição do debate *Educação em Direitos Humanos* realizado em 16 de setembro de 2020, em uma *live* durante a Pandemia de Covid-19, através da parceria entre o LAEDH – *Laboratório de Educação em Direitos Humanos do Colégio Pedro II* e a Agência *Espaço e Vida*, que contou com as participações de Natália Braga Oliveira, professora de Sociologia do Colégio Pedro II e colaboradora do LAEDH; Vinicius Cavalcanti Ferreira, professor de Geografia da Educação Básica vinculado à *Espaço e Vida*, que realiza atividades de turismo pedagógico e atividades de campo, voltadas para alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, e que mantém um canal no *Youtube*, que possibilitou a transmissão do presente debate em seu programa semanal, o *Roda Espaço e Vida*; Pâmella Passos, professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), onde integra o GPTEC - *Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação & Cultura*, que possui produção voltada para práticas de Educação em Direitos Humanos e Ivanilda Figueiredo, professora de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde integra o URDIR – *Núcleo Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão Universidade, Resistência e Direitos Humanos*, no âmbito do qual possui iniciativas para Educação em Direitos Humanos. Este debate foi transcrito por Carlos Eduardo Oliva de C. Rêgo, professor de Sociologia do Colégio Pedro II e integrante do LAEDH, e por Ana Fernandes, Beatriz Lopes Igreja e Gabriela Prado Gomes, três estudantes da Faculdade de Direito da UERJ que atuam como colaboradoras voluntárias do LAEDH.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, Direitos Humanos, Debate

1 Graduanda em Direito (UERJ) e colaboradora voluntária do LAEDH-CPII, em cuja atuação realizou parte da presente transcrição.

2 Graduanda em Direito (UERJ) e colaboradora voluntária do LAEDH-CPII, em cuja atuação realizou parte da presente transcrição.

3 Professor de Sociologia do Colégio Pedro II, colaborador do LAEDH-CPII, doutor e mestre em Ciência Política (UFF), bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UFRJ) e graduando em Direito (UERJ). Realizou parte da presente transcrição e sua revisão final.

4 Graduanda em Direito (UERJ) e colaboradora voluntária do LAEDH-CPII, em cuja atuação realizou parte da presente transcrição.

5 Professora de Direito e Pensamento Político e de Direitos Humanos da UERJ, doutora (PUC-Rio) e mestra (UFPE) em Direito Constitucional e advogada graduada pela UNICAP. Revisou a presente transcrição.

6 Professora de Sociologia do Colégio Pedro II, colaboradora do LAEDH-CPII, mestra em Sociologia e Antropologia e bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela UFRJ. Diretora Pedagógica do *Campus Niterói-CPII*. Revisou a presente transcrição.

7 Professora de História do IFRJ. Pós-doutoranda em Educação (UFF), possui pós-doutorado em Antropologia (UFRJ), é doutora (UFF), mestre (UERJ) e graduada (UERJ) em História. Atua no GPTEC do IFRJ. Revisou a presente transcrição.

8 Professor de Geografia na Educação Básica, mestre e licenciado em Geografia (UERJ), é integrante da Agência Espaço e Vida e graduando em Direito (UERJ). Revisou a presente transcrição.

ABSTRACT: Transcript of the *Human Rights Education* debate held on September 16, 2020, via livestream during the Covid-19 Pandemic, through the partnership between LAEDH - Laboratory of Human Rights Education at *Colégio Pedro II* and the *Espaço e Vida Agency*, with Natália Braga Oliveira, Sociology professor at *Colégio Pedro II* and collaborator of LAEDH; Vinicius Cavalcanti Ferreira, Geography teacher linked to the *Espaço e Vida*, that carries out pedagogical tourism activities and field activities aimed at middle school and high school students and that maintains the youtube channel that made it possible and transmitted the present debate; Pâmella Passos, History professor at *the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)*, where she is part of GPTEC - *Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação & Cultura*, which has production focused on Human Rights Education practices and Ivanilda Figueiredo, Human Rights professor at the *Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*, where she integrates URDIR - *Núcleo Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão Universidade, Resistência e Direitos Humanos*, under which she has initiatives to Human Rights Education. This debate was transcribed by Carlos Eduardo Oliva de C. Rêgo, Sociology professor at *Colégio Pedro II* and member of LAEDH, and by Ana Fernandes, Beatriz Lopes Igreja and Gabriela Prado Gomes, three students from *Faculdade de Direito da UERJ* who work as LAEDH volunteer collaborators.

Keywords: Human Rights Education, Human Rights, Debate

Vinicius Cavalcanti Ferreira: Boa noite! Eu quero agradecer às nossas convidadas por estarem conosco e a você que nos acompanha ao vivo ou você também que está nos assistindo em outro momento do seu dia. *Educação e Direitos Humanos* é o primeiro de outros programas que será oferecido aqui no *Canal Espaço e Vida* em parceria com o LAEDH - *Laboratório de Educação e Direitos Humanos* do Colégio Pedro II (CPII). A Professora Natália Oliveira está aqui hoje representando o CPII e o LAEDH com a gente e nos ajudará na condução desse programa, apresentando-o junto conosco. Eu hoje estou nessa bancada maravilhosa, de maioria feminina, ciente do meu lugar de fala, com muito cuidado, e consciente de que se os governos do mundo fossem em sua maioria femininos, acredito que o mundo seria menos belicoso e mais próximo da fraternidade. De uma sociedade global que realmente valorizaria mais os Direitos Humanos do que a barbárie a que parece que estamos querendo novamente nos aproximar, mas espero que sejam sintomas leves e passageiros do nosso corpo social.

Debater Direitos Humanos é mais do que necessário, é urgente no Brasil de hoje e com a história que o Brasil tem. Sendo assim, para debater a educação de nossa sociedade, nós convidamos hoje para conversar conosco especialistas, professoras, mulheres, pesquisadoras, autoridades no assunto da Educação e dos Direitos Humanos. Além da Natália Oliveira, que já apresentei a *Revista Perspectiva Sociológica*, n.º 26, 2º sem. 2020, p. 29-55.

vocês, do CPII, em ordem alfabética, nós também temos aqui a Professora Ivanilda Figueredo. Boa noite, Ivanilda! Ivanilda é professora adjunta da UERJ, especialista em Direitos Humanos e Direito e Pensamento Político e também é coordenadora do URDIR.

Ivanilda Figueiredo: Obrigada a vocês pelo convite! Estou muito feliz por estar aqui!

V.C.F.: Estamos também aqui com a Professora Pâmella Passos. Boa noite, Pâmella!

Pâmella Passos: Obrigada, Vinícius! Boa noite!

V.C.F.: Pâmella também é professora da educação básica, técnica e tecnológica do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), é pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação e Cultura (GPTEC), doutora em História e pós-doutoranda em Educação.

Vamos então ao início das rodadas de perguntas, para que o nosso debate se aqueça e possamos esclarecer todos os pontos importantes que precisam ser evidenciados quando o debate é sobre Educação em Direitos Humanos. Ao abrir a 43ª edição do Conselho de Direitos Humanos em Genebra, o Secretário da ONU disse: “os Direitos Humanos estão sob ataque”. No Brasil, em especial, não há apreço pelo tema, existe muita ignorância ao se falar sobre esse assunto, que se materializa em expressões populares por vezes negativas, como aquela que expressa a ideia de que “Direitos Humanos são para seres humanos direitos” ou aquela outra que diz que “os Direitos Humanos só servem para proteger bandidos” e “bandido bom é bandido morto”. Os Direitos Humanos, por vezes, no imaginário social, se tornaram uma espécie de entidade massificada e até mesmo inimiga.

Acredito que possamos começar esclarecendo o que são Direitos Humanos no geral, para depois irmos para a discussão mais específica no campo da Educação. Gostaria de perguntar para vocês o que, portanto, são os Direitos Humanos, o que o povo brasileiro conhece por Direitos Humanos e se vocês concordam com o secretário da ONU, de que os Direitos Humanos estão sob ataque, principalmente trazendo esse foco para o Brasil. Passo a palavra para a Professora Ivanilda e após para a Professora Pâmella também trazer seus comentários.

I. F.: Eu acho que essa pergunta parece simples, mas ao mesmo tempo exige pensarmos em certas questões. A gente tem uma noção muito forte de que há um ataque geral aos Direitos

Humanos. Isto se dá porque as pessoas veem os Direitos Humanos como aquele destinados a grupos de pessoas a que, por algum motivo, elas não têm apreço e, ao ver dessa forma, reagem a essa proeminência do debate dos Direitos Humanos. Então quando se fala sobre os direitos das mulheres, dos LGBTQs, sobre antirracismo, em um debate de classes focados na justiça social, tudo isso tem a ver com Direitos Humanos. Quando você vai falar sobre o abuso de crianças, inclusive os que acontecem dentro de casa, poderiam na própria temática dos Direitos Humanos serem abordados. Quando vamos falar da violência policial, falamos sobre Direitos Humanos. São muitos os leques!

Muitas pessoas reagem por não acharem que diz respeito a elas, que tem a ver com grupos ou segmentos a que essas pessoas não têm apreço, por serem estruturais o racismo, o patriarcalismo, o que faz com que a sociedade seja dividida. Não é à toa que quando se pega a estatística de emprego e de salário, quem ganha os melhores salários são os homens brancos e os piores as mulheres negras. Esse tipo de estratificação social, de divisão, se dá por conta dessa estrutura nossa, que envolve racismo, patriarcalismo, diversas violações de Direitos. Por isso é muito difícil debater os Direitos Humanos no sentido desse insurgir contra a realidade. Então eu acho que o modo como os Direitos Humanos são vistos hoje em dia, de certa forma, mostra que o debate está sendo feito de forma certa, que incomoda.

Para mudar, é preciso incomodar, pois a sociedade do jeito que ela está é muito desigual e é impossível tornar os direitos realidade desta forma. É preciso que a sociedade lute ao lado de quem quer enfrentar o racismo, a lgbtfobia, a violência policial nas favelas do Rio de Janeiro que atingem os homens negros e pobres. Se posicionar contra tudo isso é urgente. Precisamos, portanto, enfrentar uma ordem já pré-estabelecida. Se estamos tão mal vistos, é porque estamos do lado certo da História, pois estamos colocando as questões que realmente precisam ser mudadas como importantes, no centro do debate. Se pegarmos lá atrás, nas revoluções burguesas do Século XVIII, na criação da ONU em 1945, pegando esses marcos históricos, a gente vai ver que esse debate de Direitos Humanos vem sendo fomentado há muito tempo e se baseia numa ideia de civilização na qual se tenha paradigmas compartilhados e que esses paradigmas sejam de respeito, nos quais as pessoas possam ser diversas, nos quais as pessoas possam ter seus direitos garantidos independente de gênero, raça, de classe, de sua sexualidade, de sua identidade de gênero, de ser indígena, de morar nas florestas, de ser de uma comunidade ribeirinha. Para mim, os Direitos Humanos abraçam essa diversidade.

Um segundo ponto que eu destacaria é que não existe conflito entre Direitos Humanos e Democracia, referido por quem não gosta dos Direitos Humanos e que pega essa imagem negativa: “ah, mas a maioria é a favor de determinado conceito”, com a perspectiva que entende que existem certas diferenças entre homens e mulheres, e que usam expressões como “a maioria da população brasileira é cristã”. Não importa que toda a sociedade brasileira seja contra eu ter direitos, ela não pode impor que eu não os tenha! Essa é a beleza dos Direitos Humanos, você pode até ser contrária, na sua esfera pessoal, mas na esfera pública o Estado garante direitos para todo mundo. Ele garante que cada um possa ser do jeito que for e possa viver bem. Possa fazer seus projetos de vida e possa desenvolver sua vida sem nenhum tipo de constrangimento. Mas isso não é fácil, não é simples. Porque você tem vários poderes que estão se organizando para tentar limitar os seus direitos, como o poder religioso, o poder das igrejas, das grandes religiões, para marcar o que você pode ou não fazer na sua esfera privada como aquela pessoa que adere a determinada religião. Mas o Estado é Laico e, para se ter Direitos Humanos, é preciso o Estado ser Laico.

Os Direitos Humanos não estão em conflito com a Democracia. A Democracia não é simplesmente uma tirania da maioria, isso é uma concepção errada da Democracia. A Democracia pressupõe a coexistência dos diferentes. Ela tem que assegurar, sim, direitos. Aqui no Brasil se chama tanto de Direitos Humanos quanto de Direitos Fundamentais, estão na Constituição e, além de estarem lá na Constituição, eles são chamados de cláusulas pétreas, isso quer dizer que não podem ser sequer retirados, eles não podem ser abolidos, estão lá para todos, para não haver a discriminação, para haver a igualdade entre homens e mulheres, no artigo 5º da Constituição, a Laicidade do Estado, a Liberdade de Expressão, a luta contra o racismo, a luta contra a tortura. Tudo isso são temáticas dos Direitos Humanos e que estão garantidas em nossa Constituição, na nossa legislação.

Para pensar nessa pergunta, é preciso pensar quem são os sujeitos que recebem esses direitos, os sujeitos de Direitos Humanos. A resposta é: somos todos nós. É como você dizer que é contra a própria existência, o próprio direito de ter direitos. Porque se você disser que sua religião vale mais hoje, porque de alguma forma você tem maioria, hoje você pode ter a religião majoritária, mas amanhã pode ser minoritária. No Brasil, nós temos um fluxo muito grande religioso. Por exemplo, há um crescimento imenso da religião evangélica e um decréscimo da Igreja Católica. Há alguns anos, isso seria completamente impensável, a Igreja Católica dominava

completamente o ambiente. Então, você tem fluxos de maiorias no país e as maiorias são ocasionais. As garantias dos direitos são para todos, porque as maiorias são ocasionais, porque todo mundo tem esses direitos, para que se consiga realmente ter uma igualdade não apenas formal, mas uma tentativa de igualdade material.

Não é fácil falar em igualdade numa sociedade racista. Eu posso falar da questão da branquitude. A branquitude reage, mas quantas vezes a gente pensou a partir da branquitude? Quantas vezes a gente pensou a partir do “ser branco” no Brasil? Quantos privilégios eu tenho simplesmente pelo fato de ser branca? Sempre que eu digo “eu nunca fui parada numa blitz, nunca sofri um constrangimento”, é por quê? Por que eu sou melhor que alguém? Não! Porque sou branca num país racista! Quantas vezes fui em uma loja completamente desarrumada e eu nunca fui perseguida dentro de uma loja. Então, quantas vezes nós, brancos, pensamos ou lemos um texto a respeito de branquitude, dos privilégios? Então, é por isso que Direitos Humanos incomodam tanto. Essa é a minha defesa, por isso estamos fazendo certo. Estamos tentando reestruturar uma sociedade extremamente desigual e, para isso, devemos incomodar mesmo. Se não incomodarmos nada, seremos simplesmente mais alguém falando as mesmas coisas e deixando a sociedade tão desigual, tanta gente sem direitos. Acho que é isso para a primeira reflexão.

V.C.F.: Muito bom! Se está sob ataque, é porque incomoda. Gostei bastante disso. Eu percebo que existe uma carência. Esse debate de hoje tem um pouco desse sentido de esclarecer não só a Educação em Direitos Humanos. A gente tem uma carência também de conhecimentos sobre Direito Constitucional. para que o povo entenda que estes valores estão na Constituição, justamente para que não vivamos numa tirania da maioria. Por favor, Pâmella, é com você, fique à vontade!

P.P.: Boa noite! Queria começar agradecendo o convite da Espaço & Vida e do Carlos, do LAEDH e do Observatório da Laicidade na Educação, com quem nós do GPTEC temos uma rica parceria e eu participo como colaboradora. Quero reafirmar que “é na luta que a gente se encontra”, como diz o samba. Hoje tenho lugar de fala também de mãe de aluna do CPII, minha filha foi sorteada ano passado, e acho que Vinicius comentando a fala da Ivanilda destaca a importância de uma Educação em Direitos Humanos: uma Educação em sentido amplo, que vá garantir esse conhecimento, que é um conteúdo muito além do específico. Dialogando com as primeiras questões que foram colocadas, para mim, Direitos Humanos são algo que estão

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 26, 2º sem. 2020, p. 29-55.

sempre em disputa, como vários outros conceitos, da Química, da Física. Os Direitos Humanos também são um conceito em disputa. Na medida em que, por exemplo, existem vertentes que não abordam os Direitos Humanos levando em conta a questão econômica, na minha concepção isso é impossível. Então, eu me aproximo mais de uma abordagem latino-americana, uma abordagem que vê os Direitos Humanos como uma luta constante para a sua efetivação, para efetivação da dignidade humana. Nesse sentido, da efetividade da dignidade humana, da saúde, do não punitivismo, porque é importante diferenciar a responsabilização de punição, do direito à igualdade racial, de gênero e tantas outras pautas de Direitos Humanos.

E aí, caminhando para a segunda questão que você levanta, ainda dentro dessa visão, quando você pergunta assim “o que os brasileiros sabem sobre os Direitos Humanos?”, olha, eu não fiz uma pesquisa, mas eu diria, com a minha experiência na educação popular, quando eu pesquisei com as favelas no Rio de Janeiro, discutindo cultura, com a própria criação da Apafunk, quando lá atrás eu participei de uma forma mais próxima, percebi que os brasileiros e brasileiras sabem que seus direitos são violados e talvez não os nomeiem como Direitos Humanos, como um campesino sabe que não tem direito efetivado à água, não tem direito efetivado à terra, não tem direito efetivado à comida. Ele está entendendo que ele não tem direitos efetivados. O que talvez falte é dizer que esses direitos, como disse a Ivanilda, estão garantidos pela Constituição e que nesse sentido são direitos sociais, que são negados e aí acho que fica para nós o desafio da popularização dos Direitos Humanos, que a grande mídia ou mesmo os governos têm sido muito mais habilidosos do que nós para construir uma determinada versão do que são os Direitos Humanos, restringindo a uma pauta específica, que também é a nossa, por exemplo, a uma pauta anti-punitivista no que diz respeito aos crimes. Como historiadora, digo que os Estados e o Direito, de alguma forma, começam com a Lei de Talião, “olho por olho, dente por dente”, no entanto já avançamos um pouquinho, não precisamos ser vingativos, somos uma sociedade mais complexa do que tínhamos na Mesopotâmia. Então, nesse sentido, no GPTEC temos tentado, a partir da produção de alguns materiais, histórias em quadrinhos, vídeos curtos, para jogar no *whatsapp*, no grupo da família, quando começa aquele debate completamente torto e simplista, para que a gente possa avançar nessa visão do que são os Direitos Humanos.

Eu lembro aqui da minha ex-orientadora de pós-doutorado, supervisora e grande amiga, Adriana Facina, quando ela me contou que uma vez fazendo oficinas sobre Direitos Humanos, ela chegou e foi perguntando: “você concordam que todo mundo tem direito à água potável?”

Vocês concordam que todo mundo tem direito à comida?”. E aí as pessoas foram levantando a mão e várias pessoas foram concordando. E aí ela fala: “vocês concordam com os Direitos Humanos?”. E um monte de gente diz que não. E aí ela fala “olha, sabe as outras coisas, tudo isso que vocês falaram antes, eram Direitos Humanos”. Então, acho que a gente precisa ser mais estratégico, nesse contexto do Brasil em que a gente vive uma batalha discursiva em relação aos conceitos, em relação a concepções muito cruéis e desiguais, acho que o desafio para nós aí é exatamente mostrar que os Direitos Humanos se fazem na luta, se fazem na garantia de que todas as pessoas, independentemente da sua cor de pele, da sua orientação sexual, do seu gênero e, enfim, da sua classe social, vão ter os mesmos direitos. E aí, concordo com a fala do secretário da ONU de que os Direitos Humanos estão sob ataque e no Brasil em especial.

Acho que os Direitos Humanos no Brasil estão sob ataque, porque, infelizmente, a gente tem um projeto de morte governando esse país, nas suas diferentes esferas. E aí, quando eu falo em um projeto de morte, é um projeto que não se preocupa que as pessoas morram. Então, tem o “deixar morrer” sem saúde, sem comida, sem tratamento sério para a pandemia de Covid-19 que estamos vivendo, sem um auxílio garantia a todas e todos que, de fato, precisam, com uma burocracia imensa, então, quem precisa não consegue ter acesso e quem não precisa tem acesso. Muito se falou de combate à corrupção, mas não é isso que estamos vendo. Além de deixar morrer, é o matar: as incursões em favelas, os ataques às terras indígenas que nós estamos vendo. Então, acho que isso prova que, no Brasil, os Direitos Humanos estão sob ataque e que precisaremos com muita rapidez continuar na luta e reagir a esses ataques.

V.C.F.: O Vladimir Safatle faz essa discussão da Necropolítica, do Estado, desse Estado da morte, e traz essa questão das diferentes nuances do Estado na saúde, com o descaso com as nossas misérias, mas também da nossa suposta política de segurança pública, de insegurança na verdade.

P.P.: A própria Judith Butler também vem fazendo essa discussão, bem interessante.

V.C.F.: E essa coisa da gente estar no Século XXI e ainda não ter superado essa confusão entre Justiça e vingança, que a Lei de Talião traz para a gente. Se é “olho por olho e dente por dente”, hoje, vai acabar todo mundo ficando cego e banguela nessa história. E não é isso que a gente quer, na verdade, a gente quer que todo mundo possa conviver e a gente sabe que o sistema penal, punitivista da maneira como é, ele não atende, nem educa, nem reintegra, ele é uma

falácia. Então, por isso que eu acredito, que nem você, Pâmella, que responsabilizar é importante, mas para o punitivismo, a gente pode buscar outras soluções. Natália, vou passar a palavra para você agora para que você conduza junto com a gente também!

Natália Braga Oliveira: Boa noite a todos e todas! Primeiro, eu queria agradecer a parceria da Espaço & Vida com o LAEDH, agradecer à Ivanilda e à Pâmella por estarem aqui nos proporcionando essa reflexão. É muito bom, como professora preocupada com as questões dos Direitos Humanos, poder trocar e ouvir colegas de profissão que estão trabalhando nesse campo. Pensando a escola, como professora da educação básica, observamos que a escola tem um papel fundamental na socialização de crianças e adolescentes e essa socialização passa pela produção e transmissão de conteúdos sistematizados da cultura, mas também, de formas de ser, de agir e de pensar. Então, a escola produz e reproduz conhecimento, mas também produz seres humanos. Pensando nisso, nesse caráter da escola, de produtora e reprodutora de seres humanos de uma determinada cultura, de uma determinada sociedade, gostaria que nossas colegas comentassem um pouco sobre esse lugar da escola, que lugar a escola tem na Educação em Direitos Humanos, quais são os meios que a escola pode desenvolver esses valores relativos aos Direitos Humanos e também qual o papel da universidade nessa parceria, nesse diálogo com a escola; como a universidade pode auxiliar a escola, os espaços profissionais da educação básica com o desenvolvimento desse compromisso relativo a Educação em Direitos Humanos?

P.P.: Eu penso que a contribuição, o papel da escola é muito importante no contexto do Brasil, em especial, a escola pública. A gente pensa a escola como um lugar de encontro de diferentes realidades e, nesse sentido, vejo a escola com a tarefa de não se calar e nem naturalizar a violação de Direitos Humanos e as desigualdades. Então, a escola não cedendo à censura e não praticando a autocensura, porque tem essa diferença – tem a censura, que chega e diz “não vai poder falar desse tema, não vai poder abordar gênero, não vai poder ter núcleo que discute a questão étnica” e tem a autocensura, “não vamos falar desse tema, porque vai dar confusão, vai ter pai ligando” – acho que é uma contribuição muito importante: de não se autocensurar e de não ceder à censura, não dar um jeitinho em questões que precisam de tratamento sério, cito como exemplo a questão dos banheiros nas escolas. A gente tem que debater gênero, porque as pessoas precisam ir ao banheiro, por exemplo, e isso é um direito. Para quem já participou de algumas palestras, dos vídeos que a gente fez lá no GPTEC, a gente aborda também essa questão, a questão do nome social. Então não é um “ah, eu vou pedir para o professor/professora

falar, vou pegar esse banheirinho daqui e vou transformar”. Não, temos que encarar como políticas educacionais que precisam ser enfrentadas, que precisam ser discutidas. E aí penso que, por exemplo, a formação em Direitos Humanos tem que ser uma parceria com a universidade, mas também tem que vir da educação básica! Está aí o Colégio Pedro II fazendo, com o LAEDH, um trabalho incrível. As escolas estaduais, vi nos comentários, o Observatório de Direitos Humanos e Educação da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch. As escolas municipais. Exatamente essa troca do saber que está na Universidade, do saber que está no chão da escola, do saber que está nos movimentos sociais, essa formação contínua nos diferentes níveis é fundamental.

E aí diria, inclusive, para ir encerrando essa resposta, que acho que, primeiro, temos que pensar que o ideal seria que nós tivéssemos mais recursos, tanto recursos financeiros, para possibilitar aulas, passeios – que, no IFRJ, chamamos de visitas técnicas –, jogos, livros didáticos, livros paradidáticos, mas muitas vezes esses recursos não chegam e a gente tem que lutar em relação a isso. Porém, outras vezes, os recursos chegam e a gente também não sabe muito lidar com eles. E eu diria aqui que acho que o principal recurso que a gente tem que manter e que a gente tem perdido no nosso tempo, pelo menos nos últimos anos no Brasil, é o recurso da dúvida. A gente tem que duvidar mais, a gente não pode naturalizar que as pessoas estão morrendo de frio, que as pessoas estão morrendo de fome, as pessoas não vão conseguir acessar a internet e não vão conseguir fazer o ensino remoto, a gente não pode naturalizar, a gente tem que manter essa dúvida acessa. Penso nesse lugar que a educação pública, em especial, a educação pública que garante a diversidade na sua comunidade, ela tem na produção dos Direitos Humanos, porque é a efetivação dos Direitos Humanos, é a garantia dessa diversidade.

I.F.: Concordo com tudo que a Pâmella colocou aí. Eu vi aqui também várias perguntas que eu quero tentar responder rapidamente, dos espectadores. Mas, enfim, sobre esse debate que a gente faz hoje em relação a Direitos Humanos e essa ligação entre universidade e escola, primeiro, eu acho que a universidade muitas vezes tem falhado. Até dentro da própria Faculdade de Direito muitas vezes você não tem cursos de Direitos Humanos, você tem debates que não são socialmente referenciados. Então, assim, eu acho que dentro das próprias faculdades, de todas as faculdades, de todos os cursos, a gente tinha que ter Direitos Humanos. Para que não saiam propagandas racistas, a gente tinha que ter, na Faculdade de Publicidade e Propaganda, Direitos Humanos, debates sobre gênero, debates sobre raça, debates sobre classe, para que a

gente conseguisse refletir na propaganda as coisas de uma outra forma. No jornalismo. Na medicina, para que as pessoas não sejam mal atendidas, para que não sofram um novo preconceito, uma nova vitimização quando chegam nos hospitais.

Vocês imaginam o que acontece quando a pessoa é baleada em uma favela do Rio de Janeiro pela polícia e ela é entregue em um hospital. Como que essa pessoa é atendida? Como é que muitas pessoas olham para essa pessoa que está sendo atendida ali naquele momento sendo levada pela polícia? Elas olham pensando “ah isso daí é um bandido”, então já olham muitas vezes com um olhar preconceituoso e já vão tratá-la de outra forma. Então, assim, eu acho que os Direitos Humanos têm que estar espalhados, o debate de Direitos Humanos e as disciplinas de Direitos Humanos precisam ser espalhadas pelos diversos cursos universitários. E não um debate qualquer, porque também me incomoda muito quando você faz um debate romântico de Direitos Humanos. Então, é como se fosse assim: “a gente tem uma Declaração Universal de Direitos Humanos e, a partir do momento que a gente tem essa Declaração Universal, então, os Direitos Humanos são universais.” Quem dera fosse assim. A gente sabe que não é, a gente sabe que a realidade é muito diferente disso. Então, me parece que, assim, também fazer um debate que seja socialmente referenciado, que a gente admita os erros, admita os problemas, admita os desafios que há hoje para a gente concretizar os direitos.

Ontem, um novo morador de rua foi morto em um ponto de ônibus em Brasília, tocaram fogo nele e isso nem virou grande manchete, porque é simplesmente isso que a Pâmella colocou, da dúvida, da naturalização. Você naturaliza essas violações, você naturaliza esse tipo de situação. Então, a gente naturaliza que o Brasil tenha prisões altamente super lotadas. A gente viu ontem também o vídeo de Alagoas, com as pessoas sem conseguir respirar dentro da prisão e sem conseguir atendimento, agonizando, e isso não vira um grande escândalo nacional. Então, assim, são tantas situações, tantas violações que a gente tem que mostrar para debater esses direitos. E não é mostrar para deslegitimá-las, mas, ao contrário, é para a gente problematizar a necessidade desses direitos, a necessidade de olhar esses paradigmas de uma outra forma. Então, acho que esse é um ponto, eu acho que as universidades muitas vezes falham nesse sentido. E um segundo ponto: eu acho que a gente precisa ter maior comunicação mesmo com as escolas, inclusive, eu atualmente estou fazendo um projeto de pesquisa e extensão com os meus alunos na UERJ que é, justamente, formando um Guia Metodológico para a distribuição

em um curso que a gente vai fazer para professores da rede pública de ensino, debatendo todas essas questões.

E esse guia, por que eu chamo de Guia Metodológico? Porque a gente está meio que fazendo uma garimpagem do melhor que tem sobre os temas que nós consideramos importantes. Então, os melhores vídeos, as melhores séries, os melhores textos, dividindo por faixas etárias, fazendo, assim, realmente uma garimpagem grande para poder tentar fornecer esse material para professores e professoras da rede pública, para que eles possam trabalhar da melhor forma. Então, não é uma coisa do tipo “ah, a gente vai ensinar alguma coisa que os professores não saibam”, mas a gente está tentando facilitar esse trabalho. Vamos pegar esse máximo de conteúdo e vamos trabalhar ele a partir da nossa ótica dos Direitos Humanos e passar para esses professores e professoras, que já estão muitas vezes precarizados, com baixos salários, agora, na pandemia, com toda essa situação de ter que dar aula online e tal, então, não vai ter tempo de fazer isso, e a gente está fazendo esse guia para isso, para tentar ajudar nesse debate. Então, eu acho que a gente, como universidade, a gente tem que ter esse tipo de atividade. Estou muito feliz, porque já tem vários alunos nesse projeto comigo. No momento, são 38 alunos no projeto, todos voluntários. Então, eu acho que é isso. E as escolas, acho que concordo muito com o que a Pâmella disse, a gente não pode sucumbir à autocensura, porque isso é um caminho fácil, que se escolhe muitas vezes quando se poderia escolher outro. Eu sei que muitas vezes, digamos, nas escolas privadas/faculdades privadas, isso não é nem uma opção, porque, se você fala determinadas coisas em faculdades e escolas privadas, você simplesmente é demitido. Mas, então, quem pode ainda resistir? Quem está nas escolas públicas, quem está nas universidades públicas, acho que tem uma certa obrigação de resistir, para que determinados temas não fiquem sem ser ditos.

E aí, Direitos Humanos têm a ver com o direito dos idosos, tem a ver com o direito das pessoas com deficiência, tem a ver com o direito das crianças? Tem sim, e a gente precisa falar desses direitos. Mas a gente não pode dizer que a gente só vai falar de Direitos Humanos para quem é, digamos assim, agradável. Então, ninguém vai falar mal de Direitos Humanos quando a gente fala de direitos para pessoas com deficiência, quer dizer, algumas pessoas extremamente bizarras até podem, mas, enfim, tem muito menos ódio envolvido em geral. Mas a gente pode pegar e dizer “então tá, a gente vai trabalhar com o direito dos idosos, direitos das crianças na primeira infância, direito das pessoas com deficiência e a gente vai esquecer a travesti, a gente

vai esquecer uma adolescente que cometeu um ato infracional”. Não, a gente tem que dizer que é todo esse conjunto que está envolvido aí nesse debate de Direitos Humanos. Então, eu volto ao meu primeiro ponto: “se não me incomoda, não vale”. A gente tem que falar a partir de todas as óticas, então, do mesmo jeito que é importante a gente mostrar que falar contra o abuso sexual de crianças e adolescentes é uma pauta de Direitos Humanos, garantir que, na primeira infância, as crianças tenham seus direitos respeitados, elas tenham alimentação, elas tenham creche – tudo isso são Direitos Humanos, mas a gente também não pode esquecer que aqueles temas mais difíceis de serem tratados também continuam sendo parte da pauta e eles não podem ser esquecidos.

E aí, só para responder uma pergunta que eu vi aqui nos comentários, eu vi duas perguntas relacionadas a essa questão da religião. Eu acho que o mais importante seria a gente conseguir cada vez mais fazer uma divisão entre a esfera pública e a esfera privada, porque o problema do debate religioso na esfera pública não é um preconceito com a religião. O Silas Malafaia costuma dizer assim: “ah, se vocês podem debater Marx, por que não podem debater Jesus?”. Veja, a questão não é essa, a questão é que as religiões têm um paradigma totalitário, então, ou você é daquela religião – você acredita naquilo e você professa aquilo e, portanto, obedece tudo aquilo que a religião coloca – ou você não deveria fazer parte daquela religião ou, ainda, você é um pecador. Enfim, e aí tem várias definições dependendo de que religião você esteja falando. Então, a religião ela tem um paradigma totalitário, ela não tem um paradigma de diálogo. Eu não posso dizer “ah, então vamos debater aqui e isso aqui vai ser menos pecado”. Não, você pode até fazer esse debate dentro da esfera religiosa, mas, em regra, o que está determinado ali dos cânones é fechado, então você não tem como debater. Então, como que você vai levar isso para um espaço público, onde tem pessoas sem religião, onde tem pessoas com outras religiões, onde mesmo pessoas de uma determinada religião podem pensar diferente, podem na hora de querer usufruir de seus direitos se colocar de uma determinada forma que talvez não se colocasse na sua igreja, no seu ambiente religioso?

Ao mesmo tempo, a gente tem uma grande maioria cristã, mas essa grande maioria cristã ela é muito diversa e eu fico muito preocupada quando a gente trata essas questões religiosas de modo muito fechado, como se todo mundo que fosse de um determinado paradigma pensasse igualzinho, porque não é verdade. Dentro desses 86,6% de brasileiros cristãos, segundo o nosso último censo que foi em 2010, dentre esse contingente imenso de pessoas, você tem milhares

de pessoas que pensam diferente, que lidam com a religião na sua vida de forma diferente. Então, para garantir o direito de todas elas, dessas 86% e do restante das 13,4% – que eu sempre destaco, 13,4% de brasileiros é mais do que a população de Portugal – então, para garantir o direito de todo esse povo, você tem que garantir que a Constituição seja cumprida e a Constituição diz, lá no artigo 5º, que a gente tem pluralidade de crenças, pluralidade de religiões. E estão no mesmo artigo da Constituição a pluralidade de crenças e de religiões, de pensamento. Então, você não pode obrigar ninguém a um determinado paradigma de pensamento e os Direitos Humanos servem para a gente pensar isso, para a gente pensar essa convivência. Então, a escola tem um papel muito importante nisso sim e eu acho que você não precisa nem ter uma disciplina de Direitos Humanos, necessariamente, em todas as turmas das escolas, mas trabalhar esses temas sem medo, trabalhar esses temas quando a gente está falando de assuntos relacionados a História, a Geografia, poder usar, em Português, um texto que fale de Direitos Humanos e fazer uma interpretação de texto.

Tudo isso que hoje em dia se tornou polêmico, acho que a gente não pode se submeter a essa linguagem do polêmico, do “ah porque determinados temas são temas de costumes”. Não, são temas de direitos. Você falar, por exemplo, de direitos LGBT, eu não estou falando de costume, eu estou falando de direitos, as pessoas têm direitos, independentemente de como elas exerçam sua sexualidade. Não estou falando de costume, não estou falando de questões morais. Você pode usar isso no seu âmbito privado. No âmbito público, eu estou falando de direitos. Então, acho que é isso, para a gente pensar essas questões que a gente falou agora.

V.C.F.: Ter mais clareza, demarcar o público e o privado. Com certeza, é importante para a gente progredir enquanto sociedade! A gente está falando sobre escola, a gente, nesse programa, que é uma edição especial em parceria com o LAEDH - Laboratório de educação em Direitos Humanos do Colégio Pedro II, pensa no Colégio Pedro II, que, nesse sentido, assim como várias outras vezes, é vanguarda na inovação também, na qualidade da educação que propõe, daquele sujeito que o CPII busca construir, os sujeitos ativos, políticos etc. Não é à toa que o CPII incomoda um pouco também, às vezes, a sociedade e, inclusive, o CPII está na Constituição Federal e acredito que esteja ali para estar assegurado da autarquia que é, porque senão ele já poderia ter sido mais atacado pelos governos. Mas eu não quero ficar me alongando muito não, na verdade, eu quero passar a palavra para a Natália, para que a Natália explique um pouco para a gente o que é o LAEDH, o que que o CPII tem encaminhado aí, tem colocado na prática essa

Educação em Direitos Humanos no colégio e contribuído também para ampliar isso na rede da educação pública.

N.B.O.: O LAEDH, como o Vinicius já apresentou, é o Laboratório de Educação em Direitos Humanos do Colégio Pedro II, sediado no Campus Centro, embora eu faça parte do Campus Niterói, participo como colaboradora do laboratório. A Professora Silzane Carneiro é a coordenadora do LAEDH. Na construção do LAEDH, ela me fez esse convite e eu participo na medida do possível, por estar em outro campus. O LAEDH foi construído em 2014 e começou a funcionar nessa perspectiva de trabalhar com Educação de Direitos Humanos, pensando a formação integral dos estudantes, pensando a perspectiva de educação do sujeito de direitos e uma educação pensada em consonância com a consolidação da Democracia, que eu acho que é objetivo principal do laboratório. Como é que o laboratório age para colocar esses objetivos em prática? Através de pesquisas com estudantes de educação básica, pesquisa científica, pois o colégio tem um programa de iniciação científica júnior. Então, o laboratório desenvolve pesquisa com os estudantes, mas também organiza eventos como palestras, debates, busca produzir material de apoio didático e paradidático para os professores. A ideia do laboratório é que a gente crie um espaço comum, inclusive *intercampi* e interdepartamental - porque não é apenas a Sociologia que está envolvida com o laboratório - para que a gente possa fomentar a Educação em Direitos Humanos. O que significa fomentar essa educação? Significa consolidar a Democracia, mas também fortalecer os grupos que historicamente estão excluídos do acesso aos direitos. Quando a gente pergunta quem é o sujeito de direitos, pensamos: “todo mundo é sujeito de direitos”, mas quem é o sujeito histórico de direitos? Quem tem tido direitos nas sociedades? Aí são sujeitos bem específicos e muito exclusivos.

Assim, a ideia do LAEDH trazer também essa oportunidade de fortalecimento dos grupos, das comunidades que são historicamente excluídas do acesso aos direitos. E como que se faz isso? Educar em Direitos Humanos nessa perspectiva é educar a partir do trabalho nas fronteiras, eu gosto dessa ideia da Pedagogia das Fronteiras, porque nos remete a ideia de atuar na margem, é trazer o que está historicamente à margem do processo para dentro do processo. E como que se faz na escola? Como você traz para dentro do processo aquilo que historicamente está na margem? Não só trazendo os sujeitos, para que os sujeitos se coloquem, que se coloquem não só falando, mas também fisicamente, trazendo também para o processo educacional não só esse sujeito, mas também conteúdos e práticas que historicamente estão à margem. Então, eu acho

que esse é o principal mecanismo de se pensar a Educação em Direitos Humanos, um processo em que você trabalha ali nas fronteiras da escola e aí isso incomoda, como a Ivanilda e a Pâmella já reforçaram, esse exercício de trazer temas e sujeitos para o centro, sujeitos que sempre estiveram à margem ou se apresentavam esporadicamente.

Vamos falar, por exemplo, da questão da mulher: você tem aí a semana da mulher, você faz uma atividade da semana da mulher e pronto, acabou, já discutimos a questão da mulher. Isso acontece muito dentro das escolas em que esses sujeitos, que são – entre aspas – “marginais”, eles se apresentam às vezes em um momento específico do colégio, então quando você tenta, quando você faz esse esforço para trazer esse sujeito que está do lado de fora para o lado de dentro, quando esses sujeitos passam a ser atores principais, estão no foco, tem voz, estão aparecendo inclusive fisicamente, muitas vezes incomodam. Vemos o papel do CPII, o quanto, por exemplo, o colégio incomodou quando permitiu que estudantes usassem uniforme masculinos e femininos independente do sexo biológico desses estudantes. Boa parte das escolas não tem mais uniforme binário, em muitas das escolas o uniforme é uma camiseta que é para ambos os gêneros, mas quando o colégio decide que a gente vai manter o nosso uniforme tradicional, inclusive a possibilidade de uso da saia, e que meninos podem usar saia, aí você traz esse sujeito que ninguém quer ver para o foco e isso gera uma reação. Então educar em Direitos Humanos é um combate também. Eu gostei quando a Ivanilda falou que não é romântico, não é romantizar, é entender a luta e que são disputas, disputas de gênero, de raça, de classe e que vão ser feitas no ambiente da escola e que precisam ser feitas no ambiente do colégio. Então é isso, eu acho que eu tentei assim, brevemente, passar todo o trabalho que vem sendo feito desde 2014 e fica o convite para vocês conhecerem o trabalho do LAEDH no CPII.

V.C.F.: Muito bom, muito bom, muito importante a gente ter escolas públicas federais, como o IFRJ, como o CPII, na vanguarda da educação brasileira, servindo como modelo para a gente refletir, pensar e recriar essas discussões nos espaços, inclusive, das escolas privadas também, acho que a discussão é sobre Direitos Humanos e então todos os espaços devem contemplá-la! Vamos para algumas perguntas do nosso público. Já tem algumas perguntas aqui do público, eu vou juntar duas perguntas, professoras, no mesmo bloco, pois eu acho que elas são afins. A primeira pergunta é do Professor Gabriel Siqueira, que diz o seguinte: “o que acham da expressão Direitos Humanos para Humanos Direitos?”, uma expressão até que a gente trouxe lá atrás. E a Fabiane Bertoni também pergunta o seguinte: “como quebrar o paradigma onde

muitos acham que os Direitos Humanos servem para defender determinado grupo de pessoas sendo que são algo Universal?”. Então são essas duas perguntas, a Pâmella começou na última rodada, a Ivanilda começa nessa e depois a gente passa para a Pâmella.

I. F: Eu queria dizer também que é um grande prazer realmente estar aqui com a Natália Oliveira, a gente tem tentado atender todos os convites do LAEDH, porque eu acho essencial ter um laboratório desse no CPII, a Silzane é maravilhosa, a gente tem feito várias atividades juntas e temos pensado inclusive nesse projeto que eu falei para vocês antes, de fazer parcerias com o LAEDH, pelo URDIR, como o Vinícius colocou no começo. O URDIR é um de Núcleo de Direitos Humanos que tem na UERJ, esse núcleo envolve a Faculdade de Direito e a Faculdade de Psicologia, somos duas coordenadoras, eu pela Faculdade de Direito e pela Faculdade de Psicologia é Professora Alice de Marchi e o meu projeto é esse hoje, trabalhar Direitos Humanos e gênero, raça, classe e sexualidade, fazendo esse Guia Metodológico, então aí a gente tem essa possibilidade agora de fazer essa parceria com o LAEDH, estamos conversando sobre isso.

Bem eu acho que mudar esse paradigma não é simples, porque não é à toa, como a gente já conversou antes, que ele existe, não é à toa que as pessoas colocam dessa forma. Então você trabalhar com essa universalização é difícil, o que eu tento fazer para mostrar isso? Eu tento mostrar a diversidade que é esse trabalho de Direitos Humanos. Então, por exemplo, quando a gente fala sobre violência, quando a gente fala sobre violência contra a mulher, as pessoas ficam muito assim “ah, vocês falam tanto sobre violência contra mulher, tem a Lei Maria da Penha, mas não tem uma lei que proteja os homens” então eu tento dialogar com essas concepções que estão muito no senso comum, que eu acho que envolve essa ideia de Direitos Humanos para humanos direitos, então vou explicar: “olha, gente, vamos conversar uma coisa aqui séria, vamos falar em estatística, vamos falar em números, mas números reais, verdadeiros, não é invenção, quando a gente olha hoje para o número de assassinatos, o número de homicídios que a gente tem no Brasil por ano, quem é que mata no Brasil todos os anos esse número absurdo de pessoas? A gente tem mais de 60 mil mortes, são os homens em regra, certo? Dentro da cultura que a gente tem, a maior parte dos assassinatos é cometido por homens, e quando tem uma esposa ou uma companheira que matou o companheiro, esse caso vira uma grande manchete, porque é a exceção da exceção da exceção. Agora se você for pegar a estatística, você vai ver que 88% das mulheres mortas em feminicídio foram mortas por ex-companheiros,

ex-maridos, ex-namorados, ex-algum relacionamento amoroso, entendem? E aí se você vai pegar a estatística dos homens que foram mortos, você também vai ver que quem cometeu o ato também foram homens, então a gente tá dentro de uma sociedade estruturada na violência que estimula nos homens a violência. Ao mesmo tempo, você vai ver que o número de suicídios entre os homens tem aumentado cada vez mais, por quê? Porque a gente estrutura e estimula essa violência a partir do gênero. Esta estrutura patriarcal, diz aos homens – muita gente ainda acredita nessa ideia – que eles são superiores e de que as mulheres são simplesmente objeto do desejo e da adoração e não seres humanos como eles, com ideias e ideais, divergências,

Então, assim, você respeitar a autoridade do outro, você respeitar que eu seja igual a você, é um grande desafio, porque na verdade não é isso que a gente vê na sociedade normalmente, normalmente é sempre a piadinha, é sempre desfaçatez, é sempre colocar para baixo, quando é o mais light, mas é também a violência, são também os debates sobre empregabilidade, os debates sobre o quanto a mulher tem hoje a dupla, tripla jornada. Então são vários debates que a gente pode fazer para falar o quanto nós mulheres ainda estamos dentro dessa sociedade sendo deslegitimadas, perdendo direitos e sendo mortas, sendo mortas pelas pessoas, imagina você, sendo mortas pela pessoa que você amou, em quem você confiou, com quem você casou, com quem você teve filhos, com quem você construiu uma relação e você tem esse número, não é um número qualquer, de 88% de mortes,

Eu tento desfazer esse tipo de mitos conversando um pouco, mostrando esses dados. “Por isso que a gente não tem a Lei José da Penha, a gente tem a Lei Maria da Penha”. Por isso quando a gente vai debater não está falando de Direitos Humanos para humanos direitos, está falando de Direitos Humanos em geral, mas as pessoas se insurgem ou não gostam do que a gente está falando e vejam, vejam o que eu estou dizendo aqui, ao mesmo tempo em que eu estou dizendo e afirmando que a gente tem uma violência na sociedade, que a prática dessa violência vem em grande medida estatisticamente por meio dos homens, eu não sou a favor, por exemplo, que esses homens sejam encarcerados quando não é necessário que eles sejam encarcerados ou que eles sejam encarcerados e sejam torturados. Nada disso! Direitos Humanos servem para esse encadeamento todo do debate, eles vão atingir cada uma dessas pessoas desde a vítima até aquela pessoa que cometeu um crime, mas também se vai ter que debater aí o direito dessa pessoa, porque mesmo que ela tenha cometido um crime, ela não merece agonizar como aqueles presos que eu dei de exemplo, que estava agonizando em Alagoas sem conseguir respirar,

porque o Estado é sim responsável pela vida dessas pessoas na medida que elas estão ali encarceradas, que não podem buscar nenhum tipo de acesso à saúde a não ser o provido pelo Estado naquele momento em que se não prover vai morrer. Então, o Estado é sim responsável por aquelas pessoas naquele momento.

O debate dos Direitos Humanos é muito complexo e eu acho que, para a gente tentar desfazer esses mitos, para a gente tentar conversar mais sobre essa universalidade, a gente precisa ir trabalhando essa ideia que eu sempre falo, de você referenciar socialmente, você trazer dados, trazer realidade, você mostrar essas debates para que a pessoa veja: “olha, eu estou falando de vários assuntos diferentes e todos eles se congregam, se unem no debate, porque mesmo as pessoas que cometeram crimes têm Direitos Humanos, mesmo as pessoas de que você não gosta têm Direitos Humanos, mesmo as pessoas que tem um estilo de vida ou modo de vida com que você não concorda têm Direitos Humanos”. É um debate muito mais amplo do que simplesmente o meu quadrado, simplesmente eu tenho, eu quero, eu sou, a minha verdade, o meu ser. Não. Esses direitos fazem parte de um conjunto, de uma tentativa de universalização de determinadas garantias dadas pelo Estado para que as pessoas possam existir, resistir, viver do modo como são e como querem ser e tudo mais. É isso!

V.C.F: Pâmella, tá contigo a palavra.

P.P.: Vou tentar também dialogar com o Gabriel Siqueira. Primeiro, a famosa expressão, “Direitos Humanos para humanos direitos”, obviamente discordo dela, mas a gente precisa ver o que ela traz, acho que ela traz em si a ideia de perda de direitos como punição, o que eu acabei falando um pouquinho em outro momento e aí eu acho que esse é um debate que nós muitas vezes do campo progressista, do campo da esquerda, a gente vai adiando, porque é um debate difícil falar sobre antipunitivismo, a gente é criado numa sociedade extremamente punitivista. Então a gente poder discutir essa visão da perda dos direitos como uma punição – como a Ivanilda falou, como quem cometesse um crime então não tivesse direitos. Casando essa questão com a da Fabiane, sobre mostrar a universalidade dos Direitos Humanos: na minha concepção, temos que avançar na ideia de que privilégio não é direito. Então todos deveríamos ter direitos e algumas pessoas se sentem prejudicadas quando os Direitos Humanos afetam os seus privilégios. Acho que a gente, por exemplo, no Brasil, quando vai falar da questão racial, quando vai falar das questões das cotas, algumas pessoas trazem esse discurso de privilégio,

esquecendo completamente do passado escravocrata da nossa nação que se apropriou da força de trabalho, das vidas, dos sonhos e culturas das populações africanas que aqui foram escravizadas. Então pensar nessa diferença entre privilégio e direito eu acho que ajuda muito a gente a avançar no entendimento, na compreensão dessa universalização dos direitos, porque a realidade no Brasil é uma realidade de violação dos direitos. Então, na minha perspectiva, as pessoas se sentem tão violadas que pensam “como assim eu não tenho direito nenhum assegurado, essa pessoa aí que vai ter?”. É uma lógica forjada numa sociedade brasileira excludente, hierárquica, branca, enfim, e que precisa ser desconstruída, levando tudo isso em consideração.

Nesse sentido, é muito importante historicizar como nasceram todos esses males que nós temos hoje, todas essas desigualdades que nós temos hoje, porque elas não são naturais, elas vieram junto com a sociedade de exploração, no caso aqui do Brasil, com a sociedade europeia, que começa aí a sua dominação por volta de 1500 no Brasil.

Rapidamente também comentando a fala da Natália, da importância de laboratórios como o LAEDH do CPIO, em garantir a Educação em Direitos Humanos exatamente através das múltiplas linguagens, não só o LAEDH, como o URDIR, a gente no IFRJ – eu vi que a Silzane perguntou se no IFRJ temos um Observatório de Direitos Humanos, não temos ainda, mas nós do GPTEC somos um grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ, que é o Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação e Cultura, e temos duas páginas, uma página no Facebook em uma página no Youtube, que se chamam Práticas de Ensino em Direitos Humanos e nós privilegiamos as ações inclusive em cooperação com quem está na linha de frente da luta, inclusive estamos nesse momento cada vez mais afirmando os educadores e educadoras como defensores dos Direitos Humanos, então a gente recentemente fez uma parceria com a *Frontline Defenders* uma cooperação técnica com a *Frontline Defenders* que é uma ONG internacional de Direitos Humanos, e até com a *Justiça Global* que é uma ONG brasileira – e nesse sentido, vou concluindo, é que a gente tem procurado produzir materiais para popularizar essa nossa concepção, essa visão de Direitos Humanos em construção.

A garantia dos Direitos Humanos é uma garantia para todos. A garantia dos Direitos Humanos não é privilégio. Isso sim é Direito. Então a gente tem tentado fazer materiais e ser escudo, como eu acho que o CPIO tem sido. Eu usei recentemente numa reunião que eu fui a imagem de

um filme que eu gosto muito, que é o filme *Selma*, que trabalha a questão étnica nos Estados Unidos, a questão da segregação racial e você tem corpos brancos que vão ali se colocando ali na linha de frente, para que a população negra possa cruzar aquela ponte de *Selma*. E aí eu vejo isso no momento da Pandemia de Covid-19, o CPII, por exemplo, uma escola de educação básica nos seus diferentes níveis de ensino, garantindo uma pluralidade para sua comunidade escolar, sendo esse muro, muro não é uma boa palavra, sendo esse escudo para os ataques que a educação democrática no Brasil está vivenciando. Então como a Natália falou, o CPII, ao dar visibilidade a esse corpo que está usando saia, mas que é um menino que se identifica como não-binário, o CPII não esconde aquilo que a sociedade patriarcal, que a sociedade moralista, quer esconder. E a gente precisa avançar nesses debates. E isso só vai acontecer, dialogando inclusive com a Tatiana, isso só vai acontecer se a gente conseguir avançar no debate pela Laicidade, porque se a fé é privada, a política é pública. Eu, Pâmella, posso ter a minha fé, mas a política é pública, as discussões de educação pública não podem ser norteadas pela fé de A, B ou C. É isso.

N.B.O.: Obrigada, Pâmella! Muito boas reflexões! Pensando na Educação em Direitos Humanos como uma educação contra a barbárie, como a gente costuma dizer, a conquista dos Direitos Humanos é gradual, as conquistas dos direitos e o próprio debate dos Direitos Humanos é gradual e é representado exatamente por essa constante luta contra a opressão, uma luta gradual coletiva de determinados grupos, maiores ou menores, mas tem esse marco histórico. Então queria que vocês comentassem um pouco quais são os fatos que vocês consideram mais marcantes historicamente nessa conquista gradual dos Direitos Humanos, nesta luta contra a barbárie e qual a importância de a gente trabalhar esses fatos da conquista dos Direitos Humanos dentro da escola, qual a importância de a gente sistematizar esse conhecimento para que as pessoas entendam os Direitos Humanos, qual a importância disso para a Educação em Direitos Humanos no ambiente escolar?

IF: Eu acho que sim, que esse debate é importantíssimo, eu sempre digo para os meus alunos assim: “Direitos Humanos é luta, Direitos Humanos não são algo que foi criado porque alguém bondoso quis”, porque – inclusive aí volta, Pâmella, para a questão da Laicidade, porque aí vêm as origens cristãs dos Direitos Humanos, não sei o quê, várias filosofias morais tem na sua raiz material, digamos assim, algo que poderia ser visto como base para você respeitar o próximo, na Cristandade, mas também, noutras religiões é possível identificar esse tipo de base. Mas aí

iríamos infinitamente discutir qual religião conseguiu influenciar decisivamente para a construção dos direitos humanos e não chegaríamos a reposta porque os Direitos Humanos não tem necessariamente uma base religiosa, na verdade os Direitos Humanos têm base na luta social, foram as lutas que transformaram, foram as lutas das mulheres sufragistas que fizeram com que hoje nós tenhamos direito ao voto, então direito ao voto, gente, foi uma conquista de muitos e muitos anos das mulheres. Aqui no Brasil a gente começou a votar em 1932 foi na luta de mulheres muito aguerridas, anos e anos tentando lutar, tentando pautar esse direito numa sociedade extremamente masculina, imagina que se a gente não podia votar, a gente também não podia ser votada, então a gente não estava em nenhum desses espaços de poder, imagina então como é difícil quando você não está em nenhum espaço de poder você fazer essa luta. A gente começou a votar antes das mulheres francesas.

Outro exemplo, luta contra a escravidão é uma luta de Direitos Humanos, a luta pelos direitos da população negra é uma luta de Direitos Humanos, é uma luta de séculos, é uma luta que vem desde sempre e que ainda tem muito a conquistar, como nós mulheres temos muito a conquistar, os direitos LGBTs, o direito a água, os direitos relacionados à justiça social, todos os direitos sociais vêm de lutas, eles nunca foram dados a ninguém, então os trabalhadores não têm os direitos que têm hoje à toa: eles foram garantidos porque a gente tem luta de sindicatos, luta de trabalhadores, lutas há séculos.

Se você for pegar a História do Século XIX na Europa é a história da luta por justiça social e essa luta por justiça social é a luta dos trabalhadores que estavam ali trabalhando, trabalhando e morrendo de fome. Eu estava falando para os meus alunos, eu gosto muito de exemplificar, quando as pessoas falam nas aulas de História do Ludismo na Revolução Industrial, e aí falam de um jeito meio assim: “porque o Ludismo foi os trabalhadores irem lá e quebrarem as máquinas” como se os trabalhadores fossem seres irracionais que quebraram as máquinas e que não ia adiantar nada quebrar as máquinas. Na verdade, não foi isso. Eles foram quebrar as máquinas depois de estarem anos e anos trabalhando com seus direitos sendo negados, sem direito às férias e nada disso que conhecemos hoje, como décimo-terceiro, licença-saúde, sem um salário digno, sem nada, e de repente, de tanto estar ali extenuado, de tanto trabalhar e não ter uma recompensa justa por aquele trabalho que estavam exercendo, de repente vêm máquinas que iriam substituir muitos deles, fazê-los perder o emprego. Então, você se revolta e quebra tudo. Não foi um movimento irracional, o Ludismo não era um movimento irracional porque

as pessoas fizeram aquilo, como também não é irracional quando as pessoas no Rio de Janeiro fecham a estrada e queimam pneus, as pessoas queimam pneu e sai uma manchete “o trânsito está ruim na avenida porque estão queimando pneu” e depois quando você vai ler no rodapé do jornal explicam que estão queimando pneus porque duas pessoas foram mortas dentro da favela, então, não é irracional. As pessoas estão fazendo aquilo porque é o único modo de fazer as outras pessoas pararem e prestarem atenção no absurdo que é aquelas duas pessoas terem sido mortas.

Então, Direitos Humanos é uma luta constante e como toda luta ela tem perdas e ganhos, e é isso que eu acho importante a gente sempre se lembrar. Do mesmo jeito que a gente já avançou muito a gente está sempre avançando e retrocedendo, por isso que mais uma vez, para fechar, eu não gosto quando as pessoas falam naquela visão romântica de geração de direitos, primeira geração de direitos foi Liberdade, Igualdade e Fraternidade, como se os franceses tivessem se preocupado em inventar a geração de direitos, não é isso, isso não existe, não existe geração de direitos, porque direitos vão e vem e eles fazem parte da luta. Então, se a gente descuida, a gente perde, a gente está perdendo um monte de direitos trabalhistas e a nossa Democracia está cada dia mais “capenga”, tem todo um debate o tempo todo sobre liberdade de expressão, sobre o direito de existir de um monte de gente. Então, os Direitos Humanos fazem parte dessa luta social que vem de séculos e que continua e permanece, é uma luta permanente para que a gente consiga avançar mais e perder menos e é o tempo todo isso. Não existe, esta história de que primeiro a gente conquistou direitos civis e depois a gente conquistou sociais. No Brasil, a gente teve, por exemplo, a Ditadura Vargas, na qual a gente conquistou direitos sociais, mas a gente perdeu direitos civis. Depois temos um breve período democrático e volta um novo período de ditadura, então, de novo perdemos direitos civis. Então, é sempre um jogo de perde e ganha que faz parte da luta, porque não está dado e eu acho que isso é algo que a gente precisa cada vez mais se conscientizar, porque se a gente diz assim, a gente coloca a importância de todo mundo tentar convencer corações e mentes em prol dos Direitos Humanos e de todo mundo entender também a importância que é cada um de nós em várias situações diferentes da vida “sairmos do armário” como defensores de Direitos Humanos e dizermos o porquê de defendermos esses direitos.

P.P: Eu queria pegar um exemplo para a gente pensar na importância exatamente de compreender os processos históricos para além dos fatos históricos. Quando a gente vai falar

de Direitos Humanos é muito comum que todo mundo cite a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e, ao se falar dela, se fale do contexto pós-II Guerra Mundial com todo holocausto, a desumanização e a barbárie ali. Mas, muitas vezes, se esquece o processo anterior à própria II Guerra – onde as grandes potências fizeram acordos velados, o Acordo de Munique, o Pacto Germano-Soviético de não-agressão, que, na prática viabilizaram que Hitler e as forças nazistas fossem crescendo – e de se compreender como esse processo histórico que antecede a II Guerra é importante nos dias de hoje, compreender o lugar do silêncio. As nações europeias silenciaram muitas coisas antes da II Guerra Mundial e seguem silenciando ao longo de toda História até os dias de hoje. Então, é fundamental que a gente decida que perspectiva de Direitos Humanos a gente vai adotar porque, inclusive, às vezes, a gente olha demais para a Europa e esquece de olhar para os nossos fatos históricos, a gente conhece e fica esmiuçando a Declaração Universal de Direitos Humanos, o contexto europeu em que se assinou essa declaração, e eu acho que é importante, não acho que não tem que estudar isso, mas não se pode só estudar isso em detrimento de não conhecer o contexto da Constituição Brasileira de 1988, chamada por muitos de democrática ou mais democrática, não dá pra gente conhecer as lutas europeias e não compreender que, se é verdade que na década de 1940 do século XX o coração da Europa estava discutindo os Direitos Humanos, ao mesmo tempo a Descolonização da África e da Ásia era foco de desumanização e palco de violações. Nós precisamos entender isso para que a gente saiba os limites dos nossos aliados, para que a gente saiba que a nossa perspectiva de luta tem que estar muito enraizada também na realidade brasileira, porque, às vezes, nós nos damos conta muito mais das violações lá fora do que aqui dentro.

Eu me lembro de uma amiga, grande professora de História e também parceira do GPTEC e pesquisadora, a Evelyn Morgan, ela falava uma vez comigo sobre uma questão que apareceu na Olimpíada de História e que tinha uma foto de um menino morto afogado tentando se refugiar e uma outra foto que trazia a morte de crianças indígenas. E cabe à gente se perguntar onde está nossa comoção, e não é sobre hierarquização de dor que trato, mas é sobre conhecermos que as violações que muitas vezes nós enxergamos somente lá fora acontecem todos os dias aqui no nosso país. Então, essa perspectiva é fundamental quando a gente pensa o processo histórico muito mais que os fatos. Nesse sentido, é importante se pensar no capitalismo e para falarmos de Direitos Humanos precisamos falar do lado econômico, precisamos falar desse sistema, que vai se adaptando e tem horas que oferece os Direitos Humanos como se a gente pudesse garantir os Direitos Humanos sem garantir condições

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 26, 2º sem. 2020, p. 29-55.

objetivas que digam respeito à distribuição de renda. Na minha concepção de Direitos Humanos, isso não é possível: as pessoas morrem de fome, elas precisam de teto, elas precisam de terra e isso é uma questão de redistribuição e divisão de renda, e, por isso, algumas abordagens de Direitos Humanos são mais bem-vistas, são mais apresentáveis e desejáveis do que outras, e por isso, nós temos que lutar por direitos, lutar por leis e isso é fundamental.

Não podemos deixar recuar nenhuma lei na Constituição. Mas é também necessário saber que a lei se faz na luta, a lei se faz na prática. O Brasil tem lei que tipifica o racismo como crime e não deixou de ser um país racista. Ou ainda como diria o poeta Carlos Drummond de Andrade, no texto *O Nosso Tempo*, a mim apresentado por outra pesquisadora do GPTEC, a Laíze Benevides, que acabou de voltar da sua formação em Direitos Humanos em York. Ela me apresentou esse texto onde ele diz “as leis não bastam, os lírios não nascem da lei” e a gente precisa sempre lembrar disso, a gente tem que lutar pelas leis, não pode ter recuo, mas também não podemos sair das ruas nunca, porque aqueles que tem privilégios não vão descansar enquanto eles se sentirem ameaçados nos seus privilégios.

V.C.F.: Muito bom, Professora Pâmella! E é isso, a gente pega o Brasil, que tem esses lapsos de Democracia, esses trechos de Democracia, e a Constituição de 1988 é isso, é lei construída em um momento histórico, com participação ativa da população. Talvez tenham sido esses trinta e poucos anos que nós temos do ordenamento regido pela Constituição, que tenham sido os mais longos e duradouros de Democracia em nosso país. Nessa Constituição estão escritos, estão no papel, formalmente registrados, todos esses direitos que nós falamos nesse programa, a liberdade, a vida, a moradia, a alimentação, a pluralidade, mas como muito bem você disse, eles estão lá no papel e na prática o Brasil ainda deixa a desejar. Então, a gente precisa lutar por leis, a gente precisa lutar pela manutenção da nossa Constituição e pela efetividade dela.

P.P: Vinicius, eu lembrei a partir da fala que você trouxe agora que devemos compreender que a população brasileira é tão violada nos seus direitos que ela não acredita em um direito que nunca apareceu para ela. Então, quando você fala assim, por exemplo, para a pessoa que está fazendo faxina na sua casa “vamos lá que nós temos que lutar porque senão vão acabar com os direitos trabalhistas” ela nunca teve esses direitos trabalhistas. A gente precisa compreender isso, e que dialogar e compreender não significa aceitar, porque senão a gente só coloca a outra e o outro em um lugar de alienado, que ele não sabe o que é importante e que ele não está entendendo a luta de classes. Ele está e ela está, ela já entendeu a luta de classes, só que nessa Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 26, 2º sem. 2020, p. 29-55.

luta ela se “ferrou”, ela não acredita, ela perdeu o sonho. Então, eu acho que é o momento de a gente julgar menos e recuperar mais sonhos. Pode parecer meio fantasioso, mas é isso: trazer poesia e luta, porque não é uma poesia para ficar sentado fazendo sarau e não fazer nada, mas é pra fazer sarau e lutar, é sarau como luta.

N.B.O.: Eu fiquei aqui pensando, ouvindo Ivanilda e Pâmella e, das conclusões tão importantes que elas trouxeram, destaco que uma questão importante quando a gente fala de Direitos Humanos é a ideia de luta e a ideia que a Ivanilda trouxe, que a gente avança e retrocede e que os Direitos Humanos não são algo dado, eles não caíram do céu, eles são conquistas e são conquistas que a gente também pode perder. Então, os Direitos Humanos têm que estar sempre sob atenção, vigilância e a escola tem que estar nessa disputa, essa luta pelos Direitos Humanos também tem que acontecer no campo da Educação. A Pâmella falou sobre o lugar de silêncio. Quantos sujeitos são silenciados nesse processo de exclusão social fazendo com que aquilo que deveria ser direito se transforme em privilégio? Eu fico pensando no quanto a escola – eu falo um pouco do lugar que eu estou, que é o CPEI, que normalmente é foco disso, é foco desses ataques - mas a escola de maneira geral, esse lugar que a escola tem estado nos últimos anos, especialmente por conta de alguns movimentos da direita, de movimentos conservadores políticos e religiosos buscando silenciar a escola e buscando silenciá-la no momento que a escola começou a tratar de algumas questões como a questão de gênero e outras questões, como a questão racial. Quando a escola começa agora, no início do Século XXI, a se abrir para essas questões que historicamente estavam silenciadas, que estavam à margem, no quanto a gente recebe de censura externa e inclusive em forma de perseguição e ameaça, até violentas, e muitas vezes utilizando os nossos próprios estudantes. Então, eu penso que a escola agora deve estar muito atenta a essas questões e não praticar uma coisa que a Pâmella falou, que é muito importante, que é a autocensura. Como a gente tem essa ameaça constante de que determinados temas e práticas não apareçam no ambiente escolar, muitas vezes o professor ou o educador de maneira geral pratica a autocensura como uma necessidade de autopreservação, o que é compreensível, pois quantas histórias que a gente soube nos últimos anos de professores que vem sendo atacados, até mesmo na integridade física e moral desses profissionais? Então, muitas vezes, a gente passa a fazer algo de autocensura para poder se preservar, mas eu penso que se está exercendo um papel fundamental na luta contra a barbárie, a gente não pode se calar, a gente tem que se fortalecer e eu acho que esse espaço que a gente está aqui hoje é um espaço de fortalecimento da Educação de Direitos Humanos. Conhecer pessoas que trabalham com

Revista *Perspectiva Sociológica*, n.º 26, 2º sem. 2020, p. 29-55.

Direitos Humanos, dialogar com essas pessoas - não só as que estão aqui participando da *live*, mas também as que fazem esse diálogo - esse é um momento de fortalecimento, para que a gente possa enfrentar esse momento que a gente está vivendo, de ameaça à liberdade, especialmente no que diz respeito à questão dos Direitos Humanos; tratando de grupos de indivíduos que foram e que são historicamente excluídos do ambiente escolar, mas também da sociedade em geral. Queria muito agradecer o convite do professor Carlos Oliva e da professora Silzane Carneiro do LAEDH e o convite do Vinicius Ferreira e a participação da Ivanilda Figueiredo e da Pâmella Passos.

PP: Eu queria chamar atenção para uma questão, porque nós do GPTEC estamos trabalhando com a ideia de que educadoras e educadores são defensores de Direitos Humanos, fruto da nossa experiência dos programas que nós conhecemos no Brasil e fora. A gente entende como fundamental o lugar de acolhimento dos defensores e das defensoras. Os ataques são muitos e o tempo todo, como bem colocou a Natália. Nesse momento nós professores, em especial da educação básica, com ênfase na educação pública, somos muitas vezes acusados, expostos e isso gera prejuízos emocionais e financeiros, como desemprego, como desestabilização emocional, doenças e é importante que a gente também se acolha se dê um momento de respiro, mas que a gente também leve para nossa vida que as formas de luta são muitas, como já diria o poeta Paulo Leminski “na luta de classes todas as armas são boas, noites, luas e poemas”, que a gente possa, se em algum momento tiver pesado aquela nossa primeira frente de luta, que a gente possa ir para outra, mas que principalmente a gente sempre lembre que aqueles que nos atacam querem tirar de nós os nossos sonhos e os nossos risos, então, que a gente possa seguir sorrindo e sonhando, porque isso vai passar e a gente precisa estar muito bem para reconstruir essa bagunça que estão deixando aqui. Muito obrigada pela *live* de hoje.

V.C.F.: Muito obrigado a vocês! Agradeço muito a presença de vocês aqui e queria agradecer também especialmente ao Professor Carlos Eduardo Oliva, do CPII e do LAEDH, que foi incansável parceiro e se aproximou da gente pra que essa parceria entre o LAEDH e a *Espaço & Vida* pudesse acontecer, e a gente pudesse estar debatendo esse tema. Haverá outros programas sobre Educação em Direitos Humanos. Foi um prazer! Boa noite e até o próximo!